



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011

(Projeto de Lei nº 59/2010-CN)

INFORMATIVO CONJUNTO

(Elaborado pelas Consultorias de Orçamentos do Senado Federal – CONORF/SF,
e da Câmara dos Deputados – COFF/CD)

Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos
e resumo das despesas do Projeto de
Lei Orçamentária para 2011

8/9/2010



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 INFORMATIVO CONJUNTO¹

Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2011 – PL nº 59/2010-CN – Mensagem nº 121/2010-CN (531/2010, na origem).

ÍNDICE

1 – COMPOSIÇÃO BÁSICA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO – GRANDES NÚMEROS.....	1
2 – ITENS RELEVANTES DA PROPOSTA.	2
3 – PARÂMETROS ECONÔMICOS.....	4
4 – RESULTADO FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA	5
5 – ANEXO (DESPESAS POR ÓRGÃO)	9

1 – COMPOSIÇÃO BÁSICA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO – GRANDES NÚMEROS

O valor total da proposta orçamentária para 2011 é de R\$ 2.048,1 bilhões, dos quais R\$ 678,5 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem²) da dívida pública, de cunho meramente contábil. Desconsiderando-se esse valor, o Orçamento da União – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Estatais – atinge R\$ 1.369,5 bilhões. Desse total, R\$ 107,5 bilhões correspondem ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais federais e R\$ 1.262,0 bilhões aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O valor total da proposta e a composição básica do orçamento da União para 2011, comparado com 2010, são apresentados na tabela a seguir:

PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010 e 2011 – GRANDES NÚMEROS					(R\$ bilhões)
Descrição	2010		2011		
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	
1. Orçamento da União	1.832,8	1.832,8	2.048,1	2.048,1	
2. Refinanciamento da Dívida Pública	588,9	588,9	678,5	678,5	
3. Orçamento da União Efetivo (1 – 2) (*)	1.243,9	1.243,9	1.369,5	1.369,5	
3.1 Orçamento de Investimento das Estatais	94,4	94,4	107,5	107,5	
3.2 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.149,5	1.149,5	1.262,0	1.262,0	
3.2.1 Orçamento Fiscal	728,9	692,8	799,0	749,3	
3.2.2 Orçamento da Seguridade Social (**)	420,6	456,7	463,0	512,7	

Fontes: PLOA 2010/2011

(*) Corresponde aos valores efetivamente disponíveis pelo Governo para execução do programa de trabalho (não inclui refinanciamento)

(**) Despesas com saúde, previdência e assistência social. Das despesas do Orçamento da Seguridade Social, R\$ 49,7 bilhões são financiadas por transferências do Orçamento Fiscal. Para 2010, esse valor era de R\$ 36,1 bilhões.

¹ As Consultorias divulgarão Nota Técnica Conjunta contendo a análise detalhada do PLOA 2011, após o envio pelo Poder Executivo das Informações Complementares.

² O refinanciamento é necessário para a renovação de títulos públicos e depende do prazo médio de vencimento da dívida, tendo caráter meramente contábil, razão pelo qual é tratado separadamente. Assim, por exemplo, o refinanciamento de cada R\$ 1.000,00 de títulos da dívida pública mobiliária federal que vençam a cada seis meses (duas vezes ao ano), exigirá uma dotação na lei orçamentária no valor de R\$ 2.000,00.

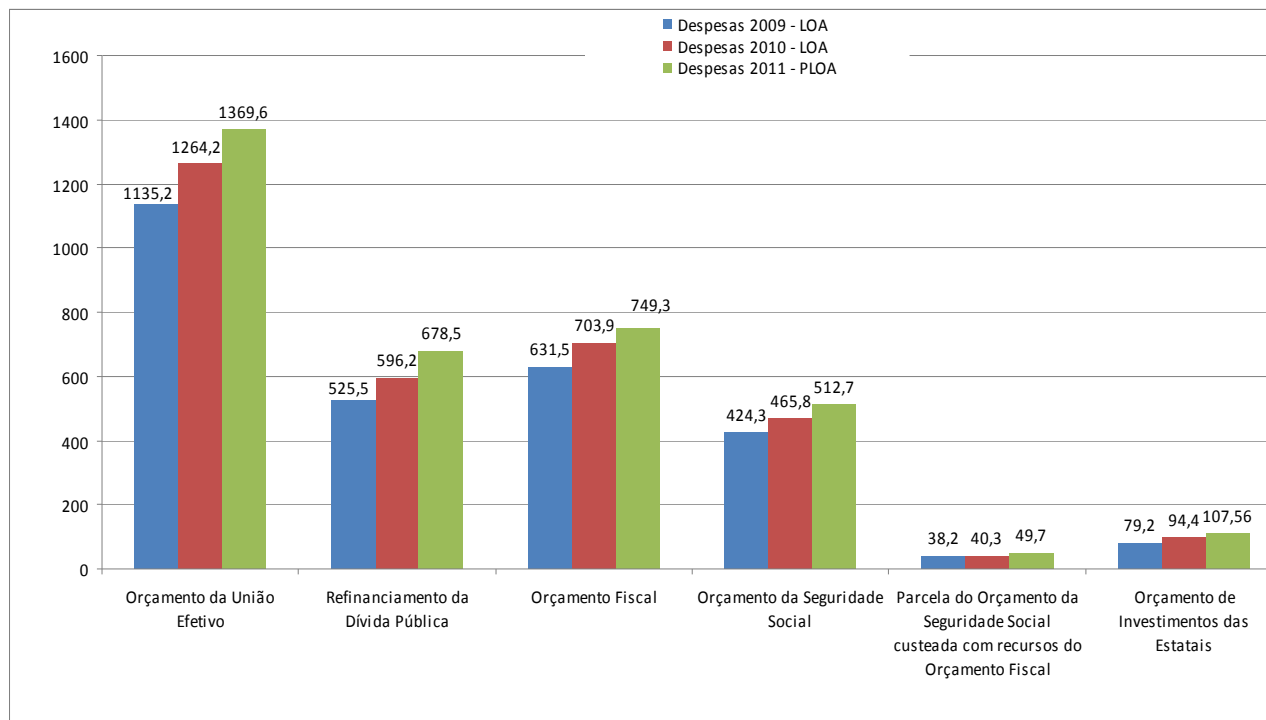


CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
 Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Em relação à proposta de 2010, há um aumento de 9,8 % nas dotações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social efetivos e de 13,9 % no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

O gráfico a seguir compara a dotação inicial das leis orçamentárias de 2009 e 2010 com os valores previstos no PLOA 2011. Frise-se que os valores das LOAs de 2009 e 2010 são ligeiramente diferentes dos constantes dos respectivos projetos de lei.



2 – ITENS RELEVANTES DA PROPOSTA

O quadro a seguir apresenta as despesas que constam do projeto de Lei Orçamentária para 2011 por Grupo Natureza de Despesa – GND, comparando-as com os valores de 2010.

PROJETO LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 *versus* 2009 e 2010 Comparativo por Grupo Natureza de Despesa - GND

Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Em R\$ 1,00 bi

DISCRIMINAÇÃO / GND	PLOA 2009	LOA 2009	PLOA 2010 (a)	LOA 2010 (b)	PLOA 2011 (c)	(d) = (c) - (b)	
						VALOR	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (GND 1) ³	169,19	168,8	183,06	184,15	199,59	15,44	8,38%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (GND 3)	548,73	540,76	580,7	593,93	670,12	76,19	12,83%
INVESTIMENTOS (GND 4)	37,99	47,62	44,51	58,11	51,44	-6,67	-11,48%
INVERSÕES FINANCEIRAS (GND 5)	42,96	41,96	41,45	41,09	44,43	3,34	8,13%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (GND 9)	27,43	25,93	21,16	21,18	21,19	0,01	0,05%
<i>Recursos Livres</i>	9,05	8,42	9,48	5,03	10,92	5,88	117,20%
<i>Recursos Próprios e Vinculados</i>	18,37	17,51	11,68	16,15	10,27	-5,88	-36,41%
SUBTOTAL	826,3	825,07	870,88	898,46	986,77	88,31	9,83%

Continuação.

³ Inclui Contribuição Patronal.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

PROJETO LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 *versus* 2009 e 2010 Comparativo por Grupo Natureza de Despesa - GND

Orçamento Fiscal e Seguridade Social

	Em R\$ 1,00 bi						
SERVIÇO DA DÍVIDA	758,76	756,39	867,56	867,56	953,79	86,23	9,94%
<i>Juros e Encargos (GND 2)</i>	127,08	124,71	110,4	110,4	169,87	59,47	53,87%
<i>Amortização (GND 6)</i>	631,68	631,68	757,16	757,16	783,92	26,76	3,53%
<i>Amortização Efetiva</i>	84,32	84,32	74,42	67,12	81,9	14,78	22,02%
<i>Refinanciamento Dív. Contratual e Mob.</i>	525,55	525,55	588,94	596,23	678,51	82,28	13,80%
<i>Saldo Negativo do Bacen</i>	21,81	21,81	93,8	93,8	23,5	-70,3	-74,95%
TOTAL	1.585,06	1.581,46	1.738,44	1.771,05	1.940,56	174,54	9,88%

Fonte/Elab.: SOF/MPOG

Além disso, os seguintes aspectos relacionados às despesas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2011 merecem ser destacados:

O PLOA prevê que as **despesas obrigatórias** representarão 89,6% do total das despesas orçamentárias, o que demonstra grande rigidez na alocação de recursos do orçamento.

Gastos com pessoal – as despesas com pessoal atingem o valor de R\$ 199,6 bilhões em 2011, o que representa um crescimento nominal de 11,1% em relação à projeção atual dessas despesas para o exercício de 2010. Esse valor corresponde a 36,56% da receita corrente líquida prevista para 2011, bem abaixo do limite da LRF, que é de 50%.

Por exigência da Constituição Federal e da LDO, o Poder Executivo apresenta Anexo V, que discrimina a autorização para os aumentos e alterações na legislação de pessoal no decorrer de 2011, resultando em um montante adicional de R\$ 2,7 bilhões nas despesas com pessoal (R\$ 4,9 bilhões anualizados). Os valores referentes a substituições de terceirizados não foram considerados nesse cálculo, pois os recursos orçamentários para o provimento de cargos efetivos mediante a substituição de pessoal terceirizado serão oriundos de remanejamento de "Outras Despesas Correntes e de Capital" para "Pessoal e Encargos Sociais", não implicando acréscimo de despesas. O referido anexo contempla os seguintes valores:

- Criação e/ou provimentos de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título: R\$ 1,5 bilhão (impacto anualizado de R\$ 2,8 bilhões), com a criação de 40.549 cargos e o provimento, admissão ou contratação de 32.267 servidores;
- Alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração: R\$ 1,2 bilhão (R\$ 2,1 bilhões anualizados).

Benefícios previdenciários e assistenciais – o projeto destina a benefícios previdenciários e assistenciais R\$ 330,4 bilhões, representando 8,49% do PIB em 2011, contra 8,98% do PIB em 2010, destacando-se: a) R\$ 275,1 bilhões para os benefícios previdenciários; b) R\$ 30,1 bilhões para abono e seguro-desemprego; c) R\$ 23,4 bilhões para os benefícios de prestação continuada previstos na LOAS; e d) R\$ 1,7 bilhões para a renda mensal vitalícia.

Tendo em vista que a variação real do PIB em 2009 foi negativa (-0,2%), o reajuste previsto para o salário mínimo foi apurado unicamente com base na variação acumulada do INPC projetada para 2010. Pela primeira vez em vários anos, existe previsão de idêntico reajuste tanto para os benefícios que se situam no piso quanto para os que se situam acima. Deve-se destacar que para cada R\$ 1,00 de aumento do salário mínimo, estima-se um aumento das despesas da seguridade social da ordem de R\$ 286,4 milhões.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Bolsa-Família – o valor destinado para o atendimento do programa Bolsa-Família passou de R\$ 13,1 bilhões em 2010 para R\$ 13,4 bilhões em 2011, sendo que o número de famílias atendidas deverá ficar constante em 12,7 milhões.

Lei Kandir – o PLOA 2011 não prevê dotações para fomento às exportações e Lei Kandir. Vale destacar que o PLOA 2010 também não contemplou a referida dotação. No entanto, houve no ano passado um acréscimo de R\$ 3,5 bilhões para essa rubrica, durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional.

Investimentos – no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a proposta para 2011 destina R\$ 51,4 bilhões a investimentos, contra R\$ 44,5 bilhões no PLOA 2010. Para as empresas estatais federais⁴, o valor de investimento aumenta de R\$ 94,4 bilhões no PLOA 2010 para R\$ 107,5 bilhões em 2011. As despesas com investimentos têm especial relevância para alavancar o crescimento econômico. No entanto, os valores destinados no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social representam apenas 1,3 % do PIB previsto para 2011, mesmo percentual previsto no PLOA 2010.

PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, constituído basicamente por investimentos, atinge na proposta para 2011 o valor de R\$ 43 bilhões, o que significa um acréscimo de R\$ 11,1 bilhões em relação ao valor autorizado para 2010. Dos recursos do PAC destacam-se R\$ 17,9 bilhões para infra-estrutura logística (rodovias, aeroportos, hidrovias etc.) e R\$ 25,2 bilhões para infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, integração do Rio São Francisco etc.).

Reserva de Contingência – o projeto destina o valor de R\$ 11,8 bilhões (2,1 % da receita corrente líquida) para reserva de contingência, dos quais R\$ 5,45 bilhões poderão ser utilizados para o atendimento de emendas parlamentares. Além desse valor, constam da proposta outras reservas de contingência à conta de recursos diretamente arrecadados ou próprios dos órgãos, que totalizam R\$ 10,27 bilhões, constituídos de fontes esterilizadas com a finalidade de contribuir para a obtenção de resultado primário.

Obras e serviços com indícios de irregularidades graves (TCU) – O Anexo VI do PLOA 2011 trata de obras e serviços em que foram identificados, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), indícios de irregularidades graves. Constam, do referido Anexo VI, obras listadas em 11 unidades orçamentárias, as quais poderão ter a execução suspensa em 2011 caso não sejam adotadas medidas saneadoras até a aprovação do PLOA 2011. A redação dada pela LDO 2011 exige que os indícios sejam materialmente relevantes em relação ao valor total contratado e que tenham potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros (art. 94, § 1º, IV).

Quadro das despesas por órgão – O Anexo 1 apresenta quadro comparativo com as despesas por Órgão Orçamentário, cotejadas com aquelas dos anos de 2009 e 2010.

3 – PARÂMETROS ECONÔMICOS

Crescimento econômico – o Projeto embute um crescimento real do PIB para 2010 de 6,5% e de 5,5% para 2011. O valor nominal esperado para o PIB de 2011 é estimado em cerca de R\$ 3,9 trilhões.

O Governo tem como pressuposto a continuidade do crescimento da economia em 2010 e 2011, estimulado pela política fiscal (possibilidade de abater da meta de resultado primário fiscal os gastos com o PAC), bem como pelas medidas de incentivo setorial – desoneração tributária e oferta de crédito – e ampliação dos programas de investimento e redistribuição de renda, apesar da elevação temporária da taxa básica de juros SELIC para ajustar a inflação

⁴ Exclui as empresas estatais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, considerando apenas as constantes do Orçamento de Investimento das Estatais.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

corrente à meta. O mercado, contudo, projeta aumento de 7,1% do PIB para 2010 e aumento de 4,50% para 2011⁵.

Inflação – a Mensagem considera que a taxa de inflação (IPCA), mantidas as políticas cambial e monetária, deverá permanecer sob controle e no centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional. A meta para a inflação no período de 2010, 2011 e 2012 foi fixada em 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais, acima ou abaixo. O projeto considera para 2011 uma variação percentual acumulada do IPCA igual a 4,5%. O mercado estima, no presente, um IPCA de 5,1% para 2010 e 4,9% para 2011.

Taxa de Juros – o Governo espera que a taxa Selic atinja média anual de 9,60% em 2010 e de 10,71% para 2011. O mercado projeta taxas de juros médias de 10,03% para 2010 e de 11,63% para 2011. A elevação das expectativas inflacionárias no primeiro semestre de 2010 motivou o Banco Central a iniciar um processo gradativo de elevação da taxa de juros SELIC. Com o arrefecimento do ímpeto de elevação dos preços ao final desse período, o Banco Central reduziu o aumento esperado da taxa de juros na última reunião e, dada a estabilidade alcançada, há uma expectativa de que a atual taxa de 10,75% da SELIC seja mantida até o final do exercício. Entretanto, se considerado um período maior de tempo, as despesas com juros nominais têm se reduzido em relação ao PIB em função da queda da taxa de juros básica (SELIC), passando de 9,5% do PIB em 2003, para 4,9% em 2010 e para 4,2% em 2011, reduzindo o déficit nominal estimado de 1,6% do PIB, em 2010, para 1,0% em 2011.

Taxa de câmbio – a taxa de câmbio média para 2010 e 2011, adotada no Projeto, é de R\$ 1,80 e R\$ 1,84, respectivamente. O mercado espera uma taxa média de R\$ 1,82 para 2011.

Massa salarial – a massa salarial é o principal índice de projeção da arrecadação da previdência do regime geral. Espera-se um aumento na massa salarial de 13,95%, em 2010, e de 10,60%, em 2011.

Os principais parâmetros econômicos empregados nas estimativas de receitas e despesas orçamentárias para 2011 constam da tabela a seguir:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 – PRINCIPAIS PARÂMETROS

Parâmetros	Reprogr. 2010 (a)	PLOA 2011 (b)	Diferença (c = b – a)
PIB – R\$ bilhões	3.524,4	3.892,5	368,1
PIB real (%)	6,5	5,5	-1,0
IPCA Acum. (%)	5,2	4,5	-0,7
IGP-DI Acum. (%)	8,68	4,5	-4,18
Taxa de juros – Selic % a. a. média	9,60	10,71	1,11
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	1,80	1,84	0,04
Massa salarial (%)	13,95	10,6	-3,35
Salário mínimo (R\$)	510	538,15	28,15

Fonte: PLOA 2011

4 – RESULTADO FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA

A política fiscal está baseada principalmente na política de inclusão social e na execução de investimentos do PAC. A meta fiscal pode ser alterada em função da execução desses investimentos, embora exista a preocupação com a responsabilidade fiscal de perseguir o que se chama de “meta cheia”, que é o superávit fiscal maior, ou seja, sem o abatimento das despesas do PAC.

Dívida Pública – A expectativa é que, após atingir o pico de 43,4% do PIB em outubro de 2009, a relação DLSP/PIB retome sua tendência declinante, caindo para 39,6% do PIB

⁵ Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, do Bacen, de 27.08.2010.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

em dezembro de 2010, e para 36,8% do PIB, em dezembro de 2011. Apesar da pequena reversão em 2009, a DLSP tem apresentado trajetória declinante desde 2003. Nesse período, a DLSP/PIB passou de 60,6%, em dezembro de 2002, para 41,4%, em junho de 2010, perfazendo uma redução de 19,2 pontos percentuais. A retomada do crescimento econômico e a trajetória de queda esperada para os juros nominais contribuirão para a redução da relação dívida/PIB em 2011.

Meta de Superávit Primário – O superávit primário em termos do PIB foi reduzido de 3,31% em 2010 para 3,22% do PIB em 2011. Diferentemente dos anos anteriores, a meta de superávit primário foi estabelecida em valores absolutos de R\$ 125,5 bilhões, sendo R\$ 81,8 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7,6 bilhões, para o Programa de Dispêndios Globais das Estatais, não sendo consideradas nestes as empresas do Grupo Petrobras, conforme previsão na LDO 2011. Vale ressaltar que os valores do PAC podem ser abatidos da meta de superávit primário.

A tabela seguinte demonstra a composição dos resultados primário e nominal do Governo Central, incluindo os itens de receita e despesa mais representativos do orçamento da União.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (LDO 2011, Anexo I, inciso XI)

DISCRIMINAÇÃO	Realizado 2009		Reprogramado 2010		PLOA 2011	
	Valor (R\$ milhões)	% PIB	Valor (R\$ milhões)	% PIB	Valor (R\$ milhões)	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	740.627,8	23,56	845.068,8	23,98	967.626,1	24,86
I.1. Receita Administrada pela SRFB, exceto RGPS	456.084,5	14,51	525.350,9	14,91	631.991,0	16,24
I.2. Arrecadação Líquida Previdência Social – RGPS	182.008,4	5,79	208.113,7	5,90	233.853,4	6,01
I.3. Receita não administrada pela SRFB	102.534,9	3,26	111.604,2	3,17	101.781,6	2,61
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	120.131,4	3,82	133.967,0	3,80	162.690,1	4,18
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I – II)	620.496,5	19,74	711.101,8	20,18	804.936,0	20,68
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	610.758,2	19,43	664.060,7	18,84	751.187,9	19,30
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	155.822,0	4,96	167.334,1	4,75	184.362,6	4,74
IV.2. Benefícios da Previdência	226.312,5	7,20	253.808,1	7,20	275.111,9	7,07
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias (*)	67.192,6	2,14	74.678,1	2,12	89.350,8	2,30
IV.4. Despesas Discricionárias e PAC	161.431,2	5,14	168.240,4	4,77	202.362,5	5,20
V. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III – IV)	9.738,2	0,31	47.041,1	1,33	53.748,1	1,38
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	3.796,9	0,12	6.915,0	0,20	6.925,7	0,18
VI.1. Empréstimos Líquidos	-1.243,0	-0,04	720,7	0,02	720,2	0,02
VI.2. Subsídios Implícitos/Outras Desp. Extra-Orçamentárias	5.039,8	0,16	6.194,2	0,18	6.205,5	0,16
VII. AJUSTE CAIXA/COMPETENCIA	33.274,1	1,06	2.089,7	0,06	2.937,6	0,08
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V – VI + VII)	39.215,5	1,25	42.215,8	1,20	49.760,0	1,28
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE	3.227,7	0,10	-	-	-	-
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (VIII + IX)	42.443,2	1,35	42.215,8	1,20	49.760,0	1,28
XI. RECURSOS PARA O PAC			33.558,4	0,95	32.000,0	0,82
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3.º DA LDO 2011 (X + XI)	42.443,2	1,35	75.774,2	2,15	81.760,0	2,10
XIII. JUROS NOMINAIS (valor líquido)	-149.807,0	-4,8	-115.611,0	-3,28	-116.157,0	-2,98
XIV. RESULTADO NOMINAL GOV. CENTRAL (XII + XIII)	-107.363,8	-3,42	-39.836,8	-1,13	-34.397,0	-0,88

Fonte: Quadro 11 do PLOA (Mensagem Presidencial, págs. 149/150)

(*) Considera: Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Benefícios LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Benefícios de Legislação Especial, Sentenças Judiciais, Despesas de Custeio e Capital do FICDF, Compensação à Desoneração das Exportações, Complementação ao Fundeb, Subvenções Econômicas, Subsídios, Indenizações ao Proagro, Créditos Extraordinários Abertos, Despesas custeadas com recursos de Doações e Convênios, Reserva de Contingência Primária, Complemento do FGTS, Transferências à ANA, Despesas de custeio com Anistiados Políticos, Apoio Financeiro aos Municípios e Estados e Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

A análise do quadro anterior permite destacar as seguintes conclusões:

- a) **Aumento nas despesas com juros nominais** – no Orçamento, as despesas com juros nominais do governo central aumentam de R\$ 138,4 bilhões, para R\$ 169,9 bilhões. Tais despesas crescem mais que o produto total da economia, o que leva ao aumento de 3,93% do PIB para 4,36%. Os juros nominais líquidos das receitas apresentam redução, em termos do PIB, passando de 3,28% para 2,98%. Isso posto, há de se observar que as receitas de juros estão amortecendo o crescimento das despesas. Isto indica um aumento de haveres financeiros superior ao crescimento da dívida bruta. Assim, preocupa a hipótese de que tais receitas sejam voláteis, enquanto as despesas, rígidas;
- b) **Queda do superávit primário em termos do PIB e dívida** – o resultado primário do governo central cai de 2,15% do PIB, em 2010, para 2,10% em 2011, embora, em termos nominais passe de R\$ 75,8 para R\$ 81,8 bilhões nesse período. Apesar disso, a redução dos juros líquidos contribui para a queda do déficit nominal, de 1,13% em 2010 para 0,88% do PIB no PLOA 2011, e da relação dívida líquida/PIB;
- c) **Elevação da receita primária** – houve, em relação a esse item, aumento de 0,88 pontos percentuais do PIB, passando de 23,98%, em 2010, para 24,86% em 2011. O aumento nominal da receita primária é de 14,5 %, ou seja, a expectativa do Governo é a de que, em 2011, a receita, em média, cresça 3,7% acima do crescimento do PIB nominal, que é de 10,4%. Parte do aumento decorre do crescimento da economia e outra parte da revogação, em 2011, da desoneração fiscal concedida em 2010. A receita previdenciária cresce de 5,9%, em 2010, para 6,01% do PIB em 2011, com o aumento da massa salarial e da formalização do emprego;
- d) **Acréscimo nas transferências a Estados e Municípios** – acompanham a evolução das receitas primárias, crescendo de 3,80% em 2010 para 4,18% do PIB em 2011;
- e) **Redução do déficit da previdência** – o aumento da receita e a relativa estabilização da despesa previdenciária, em percentual do PIB, permitem redução do déficit previdenciário de R\$ 45,7 bilhões (reprogramado 2010) para R\$ 41,3 bilhões em 2011. De acordo com a Mensagem, para o exercício de 2011, com expectativas de crescimento da massa salarial – influenciado pela recuperação do mercado de trabalho formal – e reajustes mais brandos, espera-se essa redução do déficit previdenciário;
- f) **Nível elevado de outras despesas obrigatórias** (abono salarial, benefícios da LOAS, seguro-desemprego, sentenças judiciais, RMV etc.) – em 2008 somavam 1,8% do PIB; em 2011, são estimadas em 2,30% do PIB. O novo patamar decorre do aumento dos gastos sociais, em função do aumento real do salário mínimo e da política de atenção social adotada pelo Governo;
- g) **Despesas discricionárias (custeio em geral e investimentos, inclusive PAC)** – crescem de R\$ 168,2 bilhões, ou 4,77% do PIB, em 2010, para R\$ 202,4 bilhões, ou 5,20% do PIB, em 2011. As despesas discricionárias incluem os investimentos, que aumentaram nos últimos anos, em função do empenho do Governo em executar a programação do PAC. Em 2007, os investimentos do Governo central foram de R\$ 19,7 bilhões; em 2008, esse valor subiu para R\$ 34,6 bilhões; em 2009, alcançou R\$ 42,6 bilhões; e, em 2011, sobe para R\$ 51,4 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Atualmente, o montante total dos recursos do PAC previsto para abatimento na meta de superávit primário compatível com 2010 cai ligeiramente de R\$ 33,6 bilhões (0,95% do PIB) em 2010, para R\$ 32 bilhões (0,82% do PIB) em 2011. O total de investimentos previstos para o PAC é de R\$ R\$ 43,5 bilhões.

Brasília, 03 de setembro de 2011.

Orlando de Sá Cavalcante Neto⁶

Consultor-Geral da CONORF

Wagner Primo Figueiredo Jr.⁷

Diretor da COFF

⁶ Consultores designados: André Miranda Burello, Luciano Henrique da Silva Oliveira, José Rui Gonçalves Rosa, Maria Liz de Medeiros Roarelli e Diogo Antunes de Siqueira Costa.

⁷ Consultores designados: Fidelis Antônio Fantin Júnior e Maria Emília Miranda Pureza.

**CONGRESSO NACIONAL**Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD**5 – ANEXO (DESPESAS POR ÓRGÃO)****ANEXO 1 – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 versus 2009 e 2010 – POR ÓRGÃO (em R\$ milhões)**

ORGÃO	2009		2010		PL 2011 (b)	Diferença (b)-(a)
	PL	Autorizado	PL (a)	Autorizado		
Câmara dos Deputados	3.574,84	3.532,81	3.404,61	3.825,27	4.092,42	687,81
Senado Federal	2.801,94	2.742,98	2.756,51	3.052,17	3.325,20	568,69
Tribunal de Contas da União	1.280,12	1.283,67	1.329,95	1.334,10	1.344,71	14,76
Supremo Tribunal Federal	580,29	576,7	481,81	510,94	495,65	13,84
Superior Tribunal de Justiça	866,27	869,45	871,33	889,37	922,13	50,79
Justiça Federal	11.395,34	11.517,75	6.665,40	6.786,13	6.836,89	171,49
Justiça Militar da União	315,85	314,3	348,98	350,04	361,14	12,16
Justiça Eleitoral	4.179,46	4.181,47	5.164,85	5.217,14	4.368,87	-795,98
Justiça do Trabalho	11.985,78	12.033,77	11.810,18	11.904,27	12.338,81	528,63
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.386,53	1.395,86	1.538,83	1.558,52	1.621,61	82,78
Conselho Nacional de Justiça	-	-	193,04	173,71	198,92	5,88
Presidência da República	6.668,37	7.800,85	7.083,89	7.914,52	7.159,14	75,25
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast	7.046,27	7.644,11	7.807,55	9.241,35	8.097,70	290,15
Ministério da Ciência e Tecnologia	6.133,17	6.286,91	6.688,72	7.697,32	7.299,31	610,59
Ministério da Fazenda	19.862,59	19.868,17	19.219,37	19.305,05	19.702,52	483,15
Ministério da Educação	41.560,93	42.270,52	49.803,25	53.467,41	62.569,57	12.766,31
Ministério do Des., Indústria e Com Ext	1.457,34	1.613,06	1.437,90	1.767,27	1.769,52	331,61
Ministério da Justiça	9.337,41	9.297,36	9.518,47	10.324,30	11.017,09	1.498,61
Ministério de Minas e Energia	8.297,44	7.207,34	7.038,34	7.255,52	5.746,57	-1.291,76
Ministério da Previdência Social	240.069,33	239.919,48	254.001,38	259.552,25	287.629,32	33.627,94
Ministério Público da União	3.344,85	3.342,17	3.520,47	3.604,27	3.684,05	163,58
Ministério das Relações Exteriores	2.109,45	2.020,4	2.146,27	2.373,77	2.192,51	46,24
Ministério da Saúde	59.443,2	59.771,83	62.470,49	67.704,43	74.249,52	11.779,03
Ministério do Trabalho e Emprego	42.871,33	43.463,26	46.424,42	46.561,92	36.415,59	-10.008,83
Ministério dos Transportes	12.759,16	14.949,8	16.758,74	20.722,54	21.109,80	4.351,06
Ministério das Comunicações	6.258,48	6.282,63	3.030,01	3.015,67	4.361,66	1.331,66
Ministério da Cultura	1.180,24	1.362,64	1.376,42	2.290,42	1.651,66	275,25
Ministério do Meio Ambiente	3.720,48	3.500,58	3.473,06	3.580,23	2.965,98	-507,08
Ministério do Plan, Orçamento e Gestão	12.199,02	11.127,34	17.420,76	16.287,66	16.270,44	-1.150,33
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.608,29	4.617,22	4.556,25	4.594,10	4.305,80	-250,45
Ministério do Esporte	386,95	1.400,52	407,73	2.124,28	1.287,51	879,77
Ministério da Defesa	52.153,32	52.625,67	58.178,63	61.532,81	60.230,38	2.051,75
Ministério da Integração Nacional	11.633,61	14.295,	4.927,28	9.189,05	4.218,07	-709,22
Ministério do Turismo	553,75	2.686,31	857,16	4.325,77	862,92	5,76
Ministério do Des Social e Combate à Fome	33.122,79	32.962,1	38.721,25	39.078,47	41.992,11	3.270,85
Ministério das Cidades	7.975,85	14.891,27	12.995,55	16.288,52	19.475,71	6.480,15
Ministério da Pesca e Aquicultura	371,9	nd	484,11	824,08	378,44	-105,67
Conselho Nacional do Ministério Público	-	nd	24,00	29,94	97,61	73,62
Encargos Financeiros da União	235.970,46	320.346,43	289.019,22	342.541,11	291.436,61	2.417,39
Transferências a Est, DF e Municípios	158.581,93	156.505,71	152.252,87	157.539,24	174.392,04	22.139,18
Operações Oficiais de Crédito	25.351,69	26.215,37	28.651,02	30.309,52	32.849,70	4.198,69
Refinanciamento Dívida Púb Mob Federal	522.595,55	522.482,27	584.095,20	584.095,20	674.493,90	90.398,70
Reserva de Contingência	9.054,38	7.390,48	9.477,72	4.061,92	11.795,87	2.318,14
Ministério Trab e Emprego (art. 239 , §1.º, CF)	-	-	12.000,30	12.000,30	12.941,15	940,85
TOTAL	1.585.045,96	1.682.595,57	1.750.433,29	1.846.801,89	1.927.614,96	189.181,96

Fonte: PLOA 2011, LOA 2009, LOA 2010.